



Formação nacional negativa e a condição energética na periferia brasileira

Anselmo Alfredo
DG\FFLCH\USP

Formação nacional negativa e a condição energética na periferia brasileira (Resumo)

A partir da forma particular da acumulação nacional periférica, se compreendem os sentidos da produção energética, em meados dos anos de 1950, como expressão de uma acumulação que não se formou como nacional. A expansão da realidade pós crise do café (1929), ao se formar sob a expansão de sitiantes consumidores do mercado de terras, endividados pelo preço da terra, constitui-se numa importação da crise mundial. Internamente ao nacional periférico, esta importação da crise aparece como desenvolvimento nacional. Do ponto de vista da energia, a impossibilidade de a mesma se colocar como divisão social do trabalho, como um ramo produtivo, corrobora para com o argumento de uma formação nacional negativa.

Palavras-chave: formação nacional negativa, centro-periferia, energia e acumulação nacional

Negative national formation and de energetic condition in Brazilian periphery (Abstract)

From the particular form of peripheral national accumulation is understood the meanings of energetic production, in meadow of the 1950s, as expression of an accumulation that did not form as national. The expansion of a reality after coffee crises (1929), as formed under the expansion of small rural producers - consumers of real state property market, indebted because of the soil price – constitutes as an importation of the world crises. Internally to the peripheral national, this importation of the crises appears as national development. From energy point of view, its own impossibility to put itself as a work social division, as a productive branch, corroborates to the statement about a negative national formation.

Key words: negative national formation, center-periphery, energy and national accumulation.

A formação do nacional brasileiro está sob os pressupostos de uma realidade periférica, o que conduz à necessidade de se compreender a particularidade da formação das categorias constituintes de um *modus operandi* social determinado pelo conceito de capital^{1/2}.

¹ Texto produzido a partir de Anselmo Alfredo, *Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2013.

Tal modernização implica em processos simultâneos em relação àquilo que se faz como modernização europeia, de modo que centro e periferia são formas da contradição de uma só totalidade, o capital. Nesta unidade, posta sob o tempo social médio de produção industrial, a periferia é o que, mediada e determinada pelo mesmo, se põe como o que o realiza em sua forma negativa, isto é, é o que não atinge o tempo social médio, embora o componha, como forma negativa de ser de sua formação categorial. A acumulação cafeeira, embora produtora de valor, dadas as trocas desiguais determinadas por tal tempo médio, não realizou uma acumulação que internamente formasse os pressupostos de uma acumulação primitiva, condição para uma forma industrial de produzir. A necessidade de se produzir internamente à produção do café todos os pressupostos da produção, incluindo-se aí a energia elétrica composta com outras formas (hidráulica, vapor, animal) é indicativo de uma divisão social do trabalho que não se pôs como reprodução ampliada social nacional. A década de 1950 é testemunha de crises energéticas que serão parcialmente solucionadas com a importação de capital e tecnologia internacionais para tal produção, como condição para a própria formação de um mercado interno. Diante desta impossibilidade de o capital nacional repor ampliadamente seus pressupostos, dentre eles o energético, é de se questionar os termos do que se constitui o nacional nesta periferia do capitalismo mundial, já que o seu mercado interno foi condição para a realização mercantil do internacional. O desenvolvimento nacional, posto sob a consciência do desenvolvimentismo, obscurecia que a periferia era uma forma simultânea da crise do capital mundial, representado pela enorme capacidade produtiva da economia mundial, com especial destaque a norte americana. Desta forma, o impulso dado à periferia assim chamada brasileira era a simultaneidade da crise mundial dada pela exportação de excedente de capitais, portanto ociosos, críticos, que aqui aparecia como desenvolvimento nacional. As crises energéticas e a forma de sua produção, internamente à realidade brasileira, são um caminho para se delinear este aspecto.

Capital internacional e contradição nacional

A expansão do capitalismo mundial, após a segunda guerra mundial, trouxe novas determinações em sua forma de reprodução. A revolução industrial até então operada na realidade mundial, constituinte, aliás, dos conflitos mundiais do século XX, culmina numa reposição da reprodução das relações sociais de produção, em nível mundial, determinada pela qualitativamente nova forma da contradição entre acumulação e sua crise imanente.

Considere-se que a crise europeia, pós-segunda guerra mundial, se faz como momento identitário e contraditório da capacidade acumulativa da economia norte-americana, que se registra entre os anos 30 até então. O crescimento desta economia pode ser observado, de uma forma ainda que qualitativa, através do plano de reconstrução europeia que está fundamentado, entre outros, pela significativa sobra de capitais monetários acumulados que carecem setores de investimentos, dada a superacumulação nacional – Norte Americana – na qual a exploração nacional do trabalho, internamente, portanto, a esta economia, não mais pode se intensificar. Em outras palavras, encontra-se tal economia com um volume de capitais ociosos que comprometem a própria continuidade de uma acumulação positiva à mesma.

Entre os anos de 1929 a 1953, o índice de produtividade do trabalho nos EUA se amplia, com um aumento de 80 por cento da produtividade do trabalho, ao mesmo tempo em que o

² Ao que pese esta ser uma forma da formação social capitalista desde seus primórdios, pois se trata de um princípio lógico e não uma gênese histórica, estamos nos referindo aqui estritamente após a Revolução Industrial do XVIII e XIX.

crescimento do número de trabalhadores é menor, conjuntamente com uma redução em 20 por cento da média de horas trabalhadas por trabalhador. Isto indica uma redução relativa e importante da capacidade desta economia estabelecer a relação capital trabalho – do ponto de vista do processo imediato de produção – ao mesmo tempo em que aumenta a massa de produtos por ela mesma produzida³. Tal produtividade do trabalho constitui-se, ao mesmo tempo, como fundamento de uma oferta monetária cujo aumento quantitativo é a posição de uma forma qualitativamente distinta da reprodução nacional deste capital que se expressa pela sua forma crítica.

Entre 1929 e 1945 o crescimento de depósitos e moedas [*deposits and currency*] nesta economia é de 54,7 a 215,2 U\$ bi (ERP, 1950), ou seja, há um significativo aumento da base monetária como consequência da expansão da própria capacidade produtiva desta economia. Os anos de 1946/7 são momentos em que o governo norte americano busca salvaguardar a capacidade de rotação do capital através de uma política de pleno emprego⁴, visto que os estoques de mercadorias, mas também de dinheiro e crédito estão acima do que a própria sociedade norte americana pode circular.

Nesta base criticamente reprodutiva, o excedente monetário de capital disponível nos bancos, somados com o aumento de empréstimos em várias assinaturas, incluindo o de financiamento ao consumidor, aquém do que a base monetária estocada tinha condições de emprestar, revela uma superprodução de uma economia que, estocada em todas as suas formas⁵, se expressa em sua forma inflacionária. O excedente monetário disponível, enfim, punha uma base monetária acima do que era necessário de dinheiro como representante do valor realmente produzido, expandindo a relação entre dinheiro e valor.

Juntamente com um aumento salarial na segunda metade da década de 1940, a economia norte americana acumulou U\$ 2 bi de receita positiva, isto é, sem condições de se colocar no âmbito da exploração de trabalho. A resultante foi a necessidade de aumentar os investimentos no exterior que somaram em U\$ 4 bi. Se a política de pleno emprego de 1946 não se mostra eficaz no combate à inflação isto desvela, ao contrário, que a contradição posta estava na base da capacidade produtiva norte americana que, assim, não mais estava em condições de remunerar os seus próprios investimentos⁶. A pujança econômica norte americana, ao que pese a ilusão positiva de um mero crescimento, era expressão, no centro do capitalismo, das contradições do capital enquanto uma realidade mundial. Nesta medida, a exportação de capitais fundada nas mesmas realizaria, do ponto de vista da forma da reprodução das relações sociais de produção, em âmbito, portanto, mundial, uma exportação da crise. Se esta na Europa, através dos países da reconstrução europeia, expressava um endividamento cuja resultante era o compromisso de, em dólares, solver a capacidade produtiva exacerbada norte americana na forma de consumo, à periferia do capitalismo coube a construção de uma realidade – industrial – que jamais seria possível de se colocar em sua forma determinantemente ascendente como acumulação nacional. Fundada na importação de capitais norte-americanos, que já eram expressivamente críticos, exigia-se um nível de produtividade, portanto, impossível de os remunerarem acriticamente na periferia. Se a esta

³ ERP - Economic Report of the President - 1953, p. 03.

⁴ ERP, 1947.

⁵ Juntamente com o estoque de moeda há um estoque de mercadorias, um crescimento do lucro, e um aumento em seu máximo do número de postos de trabalho, o que põe a economia norte americana em uma crise de superacumulação, com a consequente desvalorização do valor por esse processo fundada (Cf. os ERP de 1945-1955).

⁶ ERP, 1947, p. 7.

coube a produção de um valor que na economia norte americana não mais era possível, redonda-se a contradição interna à mesma que é o aprofundamento de suas forças produtivas. Ao mesmo tempo, parte da política de investimentos na periferia teve como contrapartida o barateamento da produção do Departamento I da economia dos EUA, como forma de solver o seu problema inflacionário, daí a importante participação da exportação de matérias primas do Brasil, caso em questão, à economia Norte-Americana.

No que tange às determinações destas contradições em sua relação com a economia brasileira, cabe ressaltar que a resultante desta internacionalização da crise, via expansão de investimentos na Europa (Plano Marshall) e na periferia (Point Four Program)⁷ foi a de um contínuo desenvolvimento interno à economia Norte Americana de suas forças produtivas. Isto significou, *em primeiro lugar*, a impossibilidade de, dadas as condições produtivas historicamente postas, o mundo ocidental ser capaz de solver a capacidade produtiva desta economia nacional (EUA), o que redundou na necessidade do desenvolvimento de um terceiro departamento, bélico, interno à economia norte americana para que fosse possível destruir o seu excedente crítico. Somente a produtividade excepcional desta economia teria condições de solver, destrutivamente, dadas as contradições de sua forma social de produção, o seu próprio excedente. A guerra da Coréia e a consecutiva divisão do mundo em dois blocos estão, segundo o nosso ponto de vista, fundadas nesta forma crítica de acumulação que a economia norte americana detinha. Manter a paz mundial como antípoda de uma guerra – fria - foi a forma de manter aquecida a capacidade destrutiva de um excedente de capital não solvável pela economia mundial. Em *segundo lugar*, contudo de maior importância para os termos da reprodução do capital mundial em sua forma particular periférica, esta forma de acumulação da economia norte americana ao mesmo tempo em que redefiniu mundialmente o tempo de trabalho social médio mundial, numa significativa redução do tempo socialmente necessário de trabalho, formou-o sob uma significativa diferença entre centro e periferia onde esta se colocava abaixo da média, ainda que compusesse a mesma. Sob este pressuposto lógico, a história da formação capitalista na periferia foi a inserção de si na divisão internacional do trabalho sob os preceitos das trocas desiguais, o que trouxe particularidades em sua forma de acumulação e, conseqüentemente, em sua formação categorial, negativa. A negação de uma industrialização nacional brasileira, determinada pela industrialização mundial, foi a forma de sua efetividade industrial.

A crise cafeeira. Uma acumulação a contrapelo à acumulação mundial e a crise energética. Elementos da formação categorial negativa

A crise da produção cafeeira no Brasil, com especial atenção no Estado de São Paulo revela elementos sobre a forma pela qual esta produção constitui ou não os pressupostos de uma acumulação primitiva para a realização de uma revolução propriamente industrial nacional.

Num primeiro momento, constata-se que a produção do café reservou para si ao menos duas formas de exploração de trabalho que merecem ser consideradas em sua perspectiva qualitativa. Tanto a escravidão como o regime de colonato caracterizam-se pela formação da categoria de trabalho segundo uma necessidade que internamente aos processos econômicos e

⁷ A respeito do Point Four Program vejamos uma apreciação do staff técnico do governo norte americano: “Assim, a exportação de capital sob o Programa Ponto Quatro, o qual é um elemento básico em nossa política estrangeira, contribuiria amplamente para suprir de dólares necessários os países estrangeiros para comprar suprimentos essenciais dos EUA.” (ERP, 1950, p. 125).

sociais da realidade assim chamada de nacional não se foi possível realizar. A escravidão com suas contradições inerentes ao processo de acumulação⁸, que levam ao seu fim, fundamenta-se numa importação da mão de obra que, nesses termos, expressa uma impossibilidade de ter se constituído uma formação categorial que revolvesse os sentidos da própria formação nacional. Em outros termos, a forma pela qual o trabalho se constitui aqui enquanto mercadoria não redefine internamente relações sociais que levem a um revolucionamento na própria forma pela qual a acumulação através desta exploração, do trabalho cativo, permitiria observar. A própria vinda de fora revela-se como expressão de que os processos econômicos e sociais internos à realidade brasileira não se fizeram em condições de pôr por si mesmo uma formação categorial. Não obstante, o custo que esta mercadoria significou à própria reprodução econômica foi significativo da dificuldade que tal exploração teve para realizar-se como o pressuposto de uma acumulação primitiva interna, trazendo para a assim chamada realidade nacional brasileira particularidade no que passou-se, posteriormente a considerar-se como industrialização nacional. Convém, inclusive, rememorar que a própria produção cafeeira, baseada no trabalho cativo, foi já considerada como que demandada pela necessidade de realização do trabalho escravo como uma mercadoria extremamente lucrativa pelas companhias comerciais negreiras⁹, de modo que a transferência do valor produzido no café através do preço do escravo pode ter se constituído como seu principal resultado. Nesta medida, a escravidão do século XIX estaria sob uma realidade mundial em que a divisão social internacional do trabalho já impunha ao mundo uma determinação industrial a revelar-nesta transferência de riqueza, fundada nas trocas desiguais entre produtos manufaturados e produtos agrícolas - que a acumulação primitiva se realizara mundialmente. A produção desta fora mundial, contudo, a realização e a reprodução da riqueza capitalista baseada na exploração industrial do trabalho eram uma realidade preponderantemente europeia. O que nos permite considerar que a realização de uma acumulação primitiva ou nos termos sociológicos, de uma revolução burguesa na periferia do sistema capitalista chamado Brasil¹⁰ só o seria enquanto uma ilusão necessária que subordinaria o processo produtivo agrário deste aos sentidos da reprodução ampliada daquela. Não havia outra acumulação primitiva a ocorrer, a não ser como ilusão que a nação e a nacionalidade impunham como forma da própria reprodução ampliada do capital mundial. A revolução industrial como esta acumulação na periferia, era a forma de aparecer da crise de acumulação mundial. A distinção entre uma realidade industrial (no centro) e outra agrícola escravista (na periferia) era uma determinação do tempo industrial médio de trabalho que se realizava tanto no centro quanto na periferia sendo estas formas (centro e periferia) momentos lógicos de um só processo, a industrialização mundial. Ou seja, a industrialização é mundial, contudo, resguarda formas contraditórias de si enquanto sua própria identidade, cujo fundamento é a abstração tempo médio industrial mundial de trabalho como uma simultaneidade e não estritamente a presença física de fábricas num dado espaço. Assim, a industrialização é a simultaneidade entre produção agrícola e produção industrial que, postas numa divisão internacional do trabalho – pela mediação do tempo industrial médio necessário de produção – remetem para a periferia uma forma negativa de ser da indústria, mas não a sua ausência que, numa visão desenvolvimentista, fundada sobre o pressuposto temporal, se constitui naquilo que ainda falta se industrializar. Nesta simultaneidade contraditória, o tempo é a forma de consciência que se adequa como não contraditório e o desenvolvimentismo é a forma pela qual esta consciência temporal torna-se uma efetividade.

⁸ Sobre tais contradições consulte-se Martins (1990), Cardoso (1977), Biellgueman (2005) guardadas diferenças entre eles e algumas posições divergentes por nossa parte.

⁹ Novais, 2001.

¹⁰ Fernandes, 2006.

O fim da escravidão, aliás, retoma a forma pela qual o trabalho na substituição do cativo pelo livre se realiza internamente, através, mais uma vez, de sua importação. É de se notar, entretanto, que o trabalho livre, demandado pelas contradições internas ao trabalho cativo, não se faz a partir de uma acumulação que fundasse uma transformação interna das relações de produção na sociedade assim considerada brasileira. Em outros termos, o colonato, como forma de ser do trabalho livre na lavoura de café não se desenvolve a partir de um processo de expropriação interna que levasse à formação categorial do trabalho resgatando-se, entretanto, os fundamentos de uma acumulação primitiva interna. Daí a premência de se trazer da Europa a mão de obra que se manteria, inclusive, sob uma forma agrícola de trabalho.

A significativa dificuldade, aliás, de se poder explorar, inicialmente, o trabalho livre nas fazendas de café, do que a Fazenda Ibicaba do senador Vergueiro¹¹ é uma expressão universal deste caso, nos remete à impossibilidade que a acumulação cafeeira, fundada no trabalho escravo, teve em constituir, internamente à sua realidade econômica, um mercado de trabalho que tornasse o trabalhador à disposição para o capital. Desta feita, mesmo com a subvenção posterior do Estado, é no contínuo processo de importação da mão de obra branca que se torna possível a manutenção, ainda que precária, da mão de obra nas fazendas devido, inclusive, a sua expansão fundiária¹², aquilo que Pierre Monbeig (1984) considerou como a franja pioneira paulista.

Nesta medida, a manutenção de uma realidade agrária, mesmo com o fim do colonato, interna sob os pressupostos de uma industrialização mundial, era já a forma pela qual a industrialização estava negada internamente a esta realidade e, assim, era sua forma de ser na periferia do sistema capitalista. Não se tratou, entretanto, de uma mera ausência ou incompletude estruturalmente pensada da mesma.

O que se desdobra neste processo, entretanto, é a determinação do trabalho enquanto uma universalidade formando-se negativamente na periferia do capitalismo. Se este pressuposto substancial se forma determinado por esta negatividade, isto é, o trabalho que, ao produzir valor é a sua transferência como sua forma característica, a produção cafeeira foi uma forma de produção e de acumulação (negativa) que não se colocou em condições de realizar outros pressupostos de uma reprodução ampliada interna do capital, dentre eles o energético, o que redundava numa divisão social do trabalho e na formação de um mercado interno daí oriundo que carece ser considerado em suas determinações.

A fazenda de café, produção energética e seus desdobramentos

De forma significativa, a libertação do trabalho significou uma maior amplitude da capacidade de investimentos da empresa cafeeira que trouxe maior produtividade na produção de café, especialmente no momento de seu beneficiamento. Afinal, a exploração do trabalho do migrante sob a forma de colonato estava baseada numa produção familiar de pouca capacidade produtiva em relação a uma sociedade determinada pelo tempo médio industrial mundial do trabalho.

Tais novos investimentos constituíam, contudo, uma forma de produção energética expressiva no sentido daquilo que a produção cafeeira conduziu em termos de uma real divisão social interna do trabalho. A produção do café, agora realizada em grandes terreiros, com

¹¹ Davatz, 1980.

¹² Martins, 1990.

maquinários de beneficiamento deveria, ao mesmo tempo, se mostrar autossuficiente em sua utilização, do ponto de vista da produção do café, incluindo-se aí a produção energética.

Nesta medida, a utilização de energia compunha-se desde o aproveitamento de condições estritamente naturais, como o é, a mais que conhecida secagem do café nos terreiros apropriando-se da luz solar, incluindo-se o declive do mesmo para escoamento de águas pluviais, até a utilização hidráulica para movimentação de maquinários necessários para o funcionamento como um todo da fazenda¹³.

A incorporação das condições energéticas da fazenda como seus próprios custos expressa a inexistência, no âmbito da divisão social do trabalho, que o café promovera, de um setor econômico que tivesse generalizado a socialização energética à sociedade como um todo. Desta feita, a própria fazenda manteve interna a si mesma a possibilidade energética que a acumulação realizada na empresa de café então alavancou. Todo o desenvolvimento da engenharia e das novas forças produtivas no setor de beneficiamento de café estavam fundados numa diminuta expressão que este mesmo desenvolvimento recorria à sociedade como um todo, de modo que a divisão social do trabalho que a lavoura cafeeira promovera, mesmo com o trabalho livre, era incipiente do ponto de vista da possibilidade de um revolucionamento social e econômico que promovesse a passagem de uma realidade agrária para uma urbano-industrial. A assim conhecida crise do café de 1929 se faz sob uma realidade que se põe na conformação de um mercado interno cuja contradição campo cidade se determina pela reposição e ampliação da realidade agrária fundada pela expansão de fundações urbanas, patrimônios urbanos, nos termos de Pierre Monbeig, 1984. A divisão social do trabalho, posta pela economia cafeeira, entretanto, área de maior desenvolvimento econômico e social da assim chamada nação brasileira, não se colocou em condições de revolucionar as determinantes agrárias para outras urbanas numa sociedade que, então, careceu fetichizar a sua própria industrialização através de seu desenvolvimentismo inerente.

A então considerada revolução industrial nacional se fez por uma divisão social do trabalho cujo mercado interno daí oriundo se revela pela determinante agrária de sua divisão campo cidade. Cabe salientar que os termos desta divisão revelaram a forma profundamente patrimonial de realização da sociabilidade capitalista na periferia do capitalismo mundial, o que indica limites na transformação da produção e da própria exploração do trabalho em sua forma estritamente monetária. Se a passagem do cativo do trabalho para o cativo da terra, nos termos de Martins (1990), liberou o capital do escravo isto não permitiu que a própria riqueza sob a determinação do valor promovesse uma liberação do capital de sua forma de propriedade privada da terra. A crise da lavoura cafeeira, ao buscar solver suas dívidas através da formação de um mercado de terras baseado na pequena propriedade desvela a necessidade socialmente posta da produção de um valor que internamente não se fez e que o preço da terra antecipava como necessidade de trabalho, subjetivada no pequeno sitiante e em sua dívida não saldada. O processo social interno se funda na expansão de um mercado imobiliário que busca resultar num mercado de trabalho do sitiante que pagará esse preço, mais do que fundar-se num mercado de trabalho industrial.

Desta feita, a formação de uma multidão de núcleos urbanos – *sementeira de cidades*, na expressão de Pierre Monbeig (1984) – estava sob o pressuposto de possibilitar a maior produtividade dos sítiantes, que comprava os lotes das fazendas de café divididas e

¹³ Estamos aqui utilizando as nossas visitas à fazenda Lageado, campos Unesp de Botucatu – SP, em que tais processos podem ser observados. Agradecimentos a José Eduardo Candeias coordenador do núcleo histórico do campus. Esses aspectos também foram discutidos em Alfredo (2013).

comercializados por particulares ou companhias loteadoras. A produção destes *quadros urbanos* no Oeste Paulista, entretanto, estava fundamentada na necessidade de, através do trabalho do sitiante, produzir um valor necessário para que a revolução industrial então se realizasse. Não, obviamente, por uma consciência ou decisão volitiva das *personae* neste processo envolvidas. Fundamentalmente porque esta era a forma negativa de ser da formação industrial e do trabalho na periferia, pois a determinação do tempo industrial médio de trabalho punha como única possibilidade de acumulação interna a forma industrial de ser do trabalho, para que a transferência de valor não fosse o fundamento da periferia. A divisão entre campo e cidade, aí resultada, tinha a expansão das condições e da realidade agrária como sua determinação e forma industrial de ser. Cabe ainda considerar que o endividamento do sitiante¹⁴ que não consegue pagar o seu lote através de seu trabalho na lavoura, expressa o quanto a produção de valor para uma revolução interna, nos moldes industriais, estava distante da capacidade deste trabalho produzir, dados os níveis históricos postos de desenvolvimento das forças produtivas e a forma da simultaneidade disto com o capitalismo industrial mundial. A fórmula trinitária nesta realidade periférica, entretanto, carecia do trabalho, em sua forma ascendente e positiva, ainda que detivesse terra e capital: forma negativa de ser da formação periférica. A assim chamada revolução industrial nacional, que costuma se periodizar a partir dos anos 1930, entretanto, fetichizava, pelo seu acento desenvolvimentista, a expansão agrária da realidade brasileira como resultado de sua forma negativa de acumulação. Nesta particular forma de ser da contradição campo cidade, ou agrária urbana, funda-se o modo de ser de um mercado interno em que a carência energética é um contínuo.

Mercado interno e consumo externo. Elementos da crise energética

Se a forma de ser da reprodução periférica é uma simultaneidade à industrialização mundial, do que resulta o mercado interno nos termos de uma particular contradição campo cidade, onde esta tem por determinação a extensão de uma realidade agrícola, há que se considerar as determinações internacionais deste assim chamado nacional.

Os anos de 1940-50 são objeto de comissões econômicas norte americanas no Brasil, da qual destacamos a Comissão Mista Brasil Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU-DE). Aqui se apresenta um projeto necessário de modernização do assim chamado Estado brasileiro que se pauta especialmente na modernização energética e na modernização ferroviária. Isto pontua a necessidade de uma intensificação da circulação do capital mundial, da qual a periferia teria de fazer parte, agora, sob outra determinação: a de consumidora de capitais excedentes, no caso, norte americanos. O caso é que para assim se efetivar a forma de ser desta importação de capitais, monetários, de bens de produção e de bens de consumo duráveis, a realidade social e econômica brasileira carecia de uma modernização que levasse a um desenvolvimento de suas forças produtivas num mínimo aceitável de modo a poder remunerar os capitais excedentes e críticos norte americanos, como apresentamos já na primeira parte desta reflexão.

Considere-se que a acumulação interna à realidade periférica brasileira do capitalismo mundial não havia se colocado diante de um redobrar da produção energética capaz de repor a produção do mercado interno caracterizado por uma industrialização que, portanto, estava negativamente posta, constituindo-se o que a CMBEU-DE considerou em sua avaliação sobre

¹⁴ Sobre isto podemos afirmar devido a nossa pesquisa nos arquivos da Companhia de Imigração e Colonização (CAIC) guardados no acervo histórico da Unicamp-SP.

a realidade brasileira dos anos 1950 de *escassez energética*. Segundo relato de industrial da fábrica Vidraria Santa Marina, esta mantinha apenas 8 de seus 14 fornos em funcionamento devido à insuficiência energética¹⁵.

A produção deste mercado interno caracteriza-se por uma adaptação dos horários de produção, interrupção imprevista dos horários de funcionamento do setor fabril, o que teria exigido a produção em horários noturnos e em dias de domingo, para que a energia produzida pudesse mover o maquinário disponível de então. Esta condição energética dos anos 1940-50, entretanto, demonstra contradições na forma de ser da considerada acumulação nacional brasileira (negativa) que encontrava limitações qualitativamente significativas do ponto de vista da reposição de seus próprios pressupostos. Para tal problema, São Paulo importa uma usina termoeletrica norte americana para suprir a ausência de energia, a Usina Piratininga, com capacidade de gerar 160.0000 KW/h de energia, construída em 1954. Isto permite considerar que a produção industrial e de valor que a represa Billings e seu sistema energético teria promovido¹⁶, não foi suficiente para repor internamente a reprodução ampliada do pressuposto energético paulista. Para tal empreitada, importou-se em dinheiro norte americano 18.790.000 e em dinheiro nacional 316.329.000.

Os projetos de desenvolvimento das forças produtivas, apresentados pela CMBEU-DE, expressavam o que seria necessário desenvolver na realidade brasileira para que se tornasse possível a circulação de capital excedente norte americano. Contudo, o mero desenvolvimento do projeto implicava já no consumo de bens e serviços que a realidade brasileira importava. A integração do então considerado mercado nacional se fazia tanto pelas propostas de melhorias do sistema ferroviário como pela importação de bens de consumo da indústria automobilística daquele país. Em termos de exportação, nos anos de 1936-38 tinha-se U\$ 742 mi atingindo U\$ 3.500 em 1947. Deste total a América Latina recebia, entre 1936-38 9,3%, sendo que em 1947 recebia 35,6%¹⁷. Considere-se que os principais produtos exportados pelos EUA estão entre máquinas e implementos agrícolas, máquinas elétricas, mas também motores de caminhão que constituem, em termos de porcentagem relativa ao total de produção interna, o item mais exportado, atingindo, em 1947 20,3% de um total de 1.235 mil unidades¹⁸. A formação do mercado interno com suas trocas imanentes se constituía através de uma circulação mercantil que era, ao mesmo tempo, realização do capital automobilístico, dentre outros, da economia criticamente excedente norte americana. Eram os Fords (mas também outros como Chrysler, Plymouth, além da indústria de peças e combustíveis) que Pierre Monbeig (1984) tão bem situou ao analisar a expansão da franja pioneira no Oeste paulista.

A reprodução ampliada dos pressupostos urbano-industriais nas áreas próximas à cidade de São Paulo e no interior desta mesma ao não definir uma revolução social era ao mesmo tempo uma expansão extensiva da atividade agrícola baseada no pequeno sítiante, meeiro e no trabalho familiar. Resulta assim que, na formação deste mercado interno o seu pressuposto foi constituir-se como consumidor dos excedentes críticos da economia mundial, destacado aqui a economia norte americana. Nesta medida, o mercado interno foi a realização e a expansão crítica do capital mundial. A dupla acumulação a que esta revolução industrial interna à periferia exigia torna negativa a formação categorial necessária ao conceito de capital. A cisão agrária urbana daí originada se determinou pela produção e reprodução dos sítiantes, não vinculando a agricultura como ramo da indústria.

¹⁵ CMBEU-DE, 1953, Vol 12, p. 58.

¹⁶ Sobre a produção energética da Billings e a metropolização de São Paulo consulte-se Odete Seabra, 1991.

¹⁷ ERP, 1948, p. 133.

¹⁸ ERP, 1948, p. 134, apud Anselmo Alfredo, 2013.

A segunda metade da década de 40 e a década de 50, com seu ilusório nacional desenvolvimentismo, é o aprofundamento da impossibilidade de um nacional que não fosse a sua própria contradição interna. Nem todo loteamento, nem toda urbanização através de patrimônios, ou através de empresas colonizadoras foram suficientes para se colocarem como parâmetro proporcional a um capital externo que se adentrava como contradição fundante da nação, pondo esta como fetiche (necessário) - seja na crítica ao capital estrangeiro, seja na sua defesa - deste internacional como pressuposto da modernização nacional. A modernização periférica não atingiria os ditames produtivos necessários para a realização desta dupla acumulação, uma formação interna com uma reprodução ampliada externa, de modo a equalizar a proporcionalidade das trocas, cuja determinação era a capacidade produtiva de capitais desenvolvidos no centro da modernização mundial, o que comprometia a condição do nacional brasileiro. De fato, era esta negatividade espacial, este não, simultaneidade espacial da acumulação mundial de valor, que determinava os sentidos de uma nação, obscurecido (o não) pela ilusão temporal nacional desenvolvimentista. A tal nação, tão almejada, já estava negativamente posta como simultaneidade espacial do capital social mundial, o seu desenvolvimentismo temporal era a sua ilusão, seja como forma de consciência seja como ciência. A condição energética desta considerada nação era, portanto, uma síntese das contradições postas na forma de ser da reprodução do capitalismo mundial em sua forma periférica.

Bibliografia

ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume, 2013. 433p.

BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro. Aspectos Políticos*. 3ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2005. 273p.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. 4ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977. 303p.

COMISSÃO MISTA BRASIL ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Projetos. Transporte e energia*. Vol 12. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1953.

DAVATZ, Thomaz. *Memórias de um Colono no Brasil (1850)*. Trad. prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980.

ECONOMIC REPORT OF THE PRESIDENT. TRANSMITED TO THE CONGRESS. Washington: United State Printing Office, 1947.

ECONOMIC REPORT OF THE PRESIDENT. TRANSMITED TO THE CONGRESS. Washington: United State Printing Office, 1948.

ECONOMIC REPORT OF THE PRESIDENT. TRANSMITED TO THE CONGRESS. Washington: United State Printing Office, 1953

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990. 157p.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. Vol 1,2,3,4,5. São Paulo: Abril, 1988.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984. 392p.

NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 7ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 420p.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder. Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo*. (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH-USP. São Paulo, 1991. 323p.